

O REINO DE JUDÁ SOB A INFLUÊNCIA EGÍPCIA NO SÉCULO VII A.C.

THE KINGDOM OF JUDAH UNDER EGYPTIAN INFLUENCE IN VII CENTURY BC.

Hector Eliahou Leon Levy ¹

Matheus da Silva Carmo ²

RESUMO

O século VII a.C. é marcado por profundas mudanças políticas no Oriente Próximo, destacando a ascensão da XXVI Dinastia Egípcia e o Império Neobabilônico, após a queda da Assíria. Trata-se de um período no qual os faraós buscaram restabelecer sua influência na região do antigo mundo levantino (Síria-Palestina), objetivando assegurar não apenas os interesses comerciais, mas também a defesas do Egito, por vezes estabelecendo relações de vassalagem com os reinos locais, como é o caso do reino de Judá. Em nossa pesquisa, analisamos não apenas os impactos da política egípcia no reino judaíta, em especial durante o reinado de Josias, mas também os feitos desse rei, dentro de um contexto sociopolítico e religioso.

Palavras-Chave: Assíria. Babilônia. Egito. Josias. Neco II..

ABSTRACT

The 7th century BC is marked by profound political changes in the Near East, highlighting the rise of the 26th Egyptian Dynasty and the Neo-Babylonian Empire, after the demise of Assyria. It is a period in which the pharaohs sought to reestablish their influence in the region of the ancient Levantine world (Syria-Palestine), aiming not only to ensure their commercial interests, but also the defense of Egypt, sometimes establishing relations of vassalage with the local kingdoms, as is the case of the kingdom of Judah. In our research, we analyze not only the impacts of Egyptian politics on the Judahite kingdom, especially during the reign of Josiah, but also the achievements of this king within a sociopolitical and religious context.

Keywords: Assyria. Babylon. Egypt. Josiah. Necho II.

INTRODUÇÃO

Desde os momentos iniciais da história egípcia, verificamos a existência de relações entre o Egito e o mundo levantino (região da Síria-Palestina/Canaã), tanto pacíficas como hostis. A partir do Novo Reino egípcio (1550 -1070 a.C.)³, os faraós expandiram suas fronteiras

¹ Bacharel em Direito pelas Faculdades Metropolitanas Unidas em São Paulo (FMU). Especialista em História Antiga e Medieval pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). E-mail: hectorlevy62@gmail.com

² Mestre em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). E-mail: mateusaocarmo.ms@gmail.com.

³ BAINES, John; MÁLEK, Jaromír. Deuses, Templos e Faraós. Atlas Cultural do Egito Antigo. 1ª ed. Barcelona: Folio, 2008, pp. 36-37. Para fins cronológicos da civilização egípcia, utilizaremos em nossa pesquisa as datações presentes na obra dos egiptólogos John Baines e Jaromir Malek. As durações são aproximadas, de modo que dispensamos o emprego das abreviações “c.” (cerca de). Ademais, a obra dos egiptólogos é omissa quanto ao reinado de alguns líderes mesopotâmicos, de modo que preferimos adotar, por conveniência, uma cronologia própria para os reinados dos reis babilônios, presente na obra de ROAF, Michael. Grandes Civilizações do Passado: Mesopotâmia. 1ª ed. Barcelona: Folio, 2004, p. 178-199.

e acabariam exercendo a dominação no Levante ⁴. Contudo, com o fim do Novo Reino, o Egito fragmentou-se politicamente, e esta deterioração da política externa egípcia implicou, entre outros resultados, na perda do controle faraônico de Canaã. Com o processo de retração egípcia, verifica-se a ascensão de novos povos na região levantina, como os filisteus, os arameus, e, não menos importante, os reinos de Judá e Israel. A partir do final do século IX a.C., e início do século VIII a.C., o Império Assírio, que já havia tentado sem sucesso exercer sua soberania no Levante com Salmanasar III, na primeira metade do século IX a.C., se tornou o grande suserano dos pequenos reinos levantinos, ocupando o espaço que era anteriormente do Egito. Com isso, o poder assírio foi evidente no Levante até, mais ou menos, a segunda metade do século VII a.C., quando o Império Assírio entrou em decadência, sobretudo após o reinado de Assurbanipal (668-627 a.C.) (FINKELSTEIN; SILBERMAN, 2003).

Muito em breve, enquanto a fragmentada terra dos faraós era controlada por famílias de origem líbia e kushita, o mundo Siro-Palestino seria dominado pela potência assíria. Nesse cenário, o egiptólogo Roger Forshaw destaca que:

O Império Assírio foi a força dominante no Oriente Próximo naquele tempo e possuía consideráveis forças militares [...]. Os governantes assírios Tiglath-Pileser III e Sargão II (721-705 a.C.) lideraram seus exércitos em campanhas quase anuais, estendendo os seus domínios sobre todo o Oriente Próximo. O império multiétnico que eles criaram era uma entidade política uniformemente estruturada e centralmente controlada, com fronteiras bem definidas e bem guardadas. Mas, como muitos impérios antigos, foi assolado por rebeliões constantes. (FORSHAW, 2019, p. 28, tradução nossa).⁵

Válido destacar que, no caso levantino, as revoltas contra a Assíria eram geralmente apoiadas e incentivadas pelo governo egípcio, o qual, mesmo enfraquecido, buscava demonstrar o seu poder no exterior, por vezes enviando tropas para apoiar os governos rebeldes. Contudo, a interferência egípcia no Levante acabaria resultando na invasão do próprio Egito pelos assírios. Verifica-se, no entanto, que a dominação assíria na terra dos faraós foi breve. No final do século VII a.C., evidenciamos o enfraquecimento do poder assírio, bem como a ascensão do Império Neobabilônico (ou caldeu) e da XXVI dinastia egípcia (664-525 a.C.), conhecida como

⁴ “[...] Os minúsculos Estados da Síria e da Palestina que formavam o “império” egípcio, estiveram ligados ao faraó por pactos de aliança e pagavam tributo a ele, mas continuaram com governos autônomos e fazendo a própria política local. A presença egípcia manteve-se ali [o Levante] por meio de pequenos destacamentos militares sob o comando de oficiais de alta patente[...]” (BAINES; MÁLEK, 2008, p. 42-43).

⁵ “The Assyrian Empire was the dominant force in the Near East at that time and possessed considerable military forces [...] The Assyrian rulers Tiglath-Pileser III and Sargon II (721–705 BC) led their armies on campaigns almost yearly, extending their dominance over the entire Near East. The multi-ethnic empire they created was a uniformly structured political entity, centrally controlled with well-defined and well-guarded borders, but, like many ancient empires, was beset by constant rebellions” (FORSHAW, 2019, p. 28).

Saíta. Nesse cenário, o faraó Psamético I (664 - 610 a.C.), inicialmente um príncipe de origem líbia oriundo da cidade egípcia de Saís, alicerçado por seus soldados nativos e aliados gregos, logra êxito em expulsar as guarnições do rei da Assíria, Assurbanipal, e, muito em breve, reunificaria o Egito, como bem destacam os egiptólogos John Baines e Jaromir Malek (2008). Um estudo mais detalhado sobre a Dinastia Saíta pode ser encontrado no artigo “Poder no Egito da XXVI Dinastia: A Ascensão Saíta e o Conflito Egípcio-Babilônico”, também presente em nossa bibliografia.

Após o processo de reunificação, o faraó volta o seu olhar para o Leste, buscando o domínio das terras outrora dominadas pela Assíria na região Siro-Palestina, instituindo um sistema de vassalagem com os governos locais, o mesmo sistema outrora empregado pelos assírios no Egito. Esse interesse pelo Levante se estenderá aos sucessores de Psamético, a exemplo de seu filho Neco II (610 - 595 a.C.). Ademais, cabe ressaltar que os egípcios desejavam manter uma Assíria fraca perante o ascendente Império Neobabilônico, por isso, os egípcios prestaram auxílio aos assírios em algumas batalhas, postergando assim a sua destruição total. Em troca do apoio recebido, os assírios “cederam” o Levante para que os egípcios pudessem exercer ali uma influência direta (cf. FINKELSTEIN; SILBERMAN, 2003). Nesse sentido, analisamos em nossa pesquisa as relações de poder envolvendo os egípcios saítas e o mundo levantino, com o foco no reinado de Josias, rei de Judá, através da análise da sociedade judaíta e do cenário político da época em questão.

Ao tratarmos do poder no mundo antigo, adotamos neste trabalho os preceitos teórico-filosóficos do cientista político e filósofo italiano, italiano Norberto Bobbio, presentes em sua obra *Teoria Geral da Política* (2000) e do sociólogo alemão Max Weber, em sua *Economia e Sociedade: Fundamentos da Sociologia Compreensiva* (2015). Bobbio conceitua em sua obra o poder, visto por esse autor não apenas como “uma relação entre dois sujeitos, no qual um impõe ao outro a própria vontade” visando atingir os efeitos desejados, mas também a posse dos meios, destacando-se aqui o domínio sobre a natureza e os homens, para também alcançar os fins pretendidos (BOBBIO, 2000, p. 161). Já para o sociólogo alemão, Max Weber, o poder é visto como “toda a probabilidade de impor a própria vontade numa relação social, mesmo contra as resistências, seja qual for o fundamento dessa probabilidade” (WEBER, 2015, p.33).

Visando medir a referida probabilidade mencionada por Weber, verificamos que ela está diretamente relacionada com a capacidade do grupo dominador impor a sua vontade na sociedade, seja por meio do uso da força física, ou através da imposição de ideias aos súditos,

e, não menos importante, pelas recompensas que o dominador oferece aos subordinados em troca de seus serviços.

Nesse sentido, ao analisarmos os ensinamentos de Bobbio (2000), verificamos a existência de três importantes tipos de poder, sendo o primeiro deles o político, relacionado ao exercício da dominação por meio da coerção, o uso da força física. Citamos, como exemplo, o combate aos inimigos internos, como é o caso de bandidos e rebeldes dentro do reino, bem como aos externos, a exemplo de invasões estrangeiras.

Ademais, temos o chamado poder ideológico, relacionado às ideias estabelecidas pelas autoridades aos subordinados. É o caso da divinização do faraó no antigo Egito pelos seus súditos. Não menos importante é o poder econômico, o qual está relacionado com a posse de certos bens necessários para induzir aqueles que não os têm a agir de determinada forma (BOBBIO, 2000). Como exemplo, mencionamos a concessão de terras aos mercenários como pagamento pelos seus serviços, como ocorreu com o faraó Psamético I e seus mercenários gregos, como bem menciona Heródoto em sua obra *Histórias* (II:154). Esses três poderes serviam como grandes alicerces ao grupo dominante, devendo, portanto, existirem de forma harmônica. Um eventual desequilíbrio entre eles poderia resultar na destituição do poder de uma família reinante, muitas vezes resultando em períodos de dominação estrangeira em determinada sociedade.

Tal necessidade de uma existência harmônica entre esses três importantes poderes nos explica, como veremos adiante, a importância dos reis em demonstrar o seu poder, refletindo em vários setores da sociedade, como é o caso da religião, a exemplo da reforma de Josias, e da política, como é o caso do estabelecimento de sistemas de vassalagem, substituição de líderes etc.

O REINO DE JUDÁ DURANTE O REINADO DE JOSIAS (641-609 a.C.)

Como vimos anteriormente, o século VII a.C. foi um momento de grande modificação política no Oriente Próximo Antigo, graças ao processo de decadência do Império Assírio no Levante e o advento do Império Egípcio sob os saítas. No que tange a política interna de Judá⁶,

⁶ Se o ambiente internacional era propício para Josias, o aspecto interno também o favorecia. Judá experimentou grande crescimento nos dias do rei Manassés. O referido rei começou a governar Judá em um momento de profunda crise, depois do ataque assírio liderado pelo rei Senaqueribe contra o rei judaíta Ezequias. Mas, Manassés conseguiu reorganizar Judá e fez o reino prosperar. Um ponto importante da política econômica desse monarca foi

o reino vivenciou um período de prosperidade e centralização política e religiosa graças a ação do rei Josias, que se aproveitou da conjuntura internacional momentânea que lhe proporcionou uma espécie de liberdade de ação política, uma vez que em seu reinado não havia mais a pressão imperial assíria sobre Judá (KAEFER; DIETRICH, 2022): “A política real tinha levado Judá ao ponto de ruptura sob a pressão das obrigações imperiais [...] Josias governou um Estado livre de restrições imperiais [assírias] pela primeira vez em um século” (LOWERY, 2004, p. 308). É correto, então, dizer que Josias vivenciou em seu reinado uma espécie de “intermezzo de liberdade” (LIVERANI, 2008, p.214), ou seja, ele retomou a possibilidade de iniciativa política de uma forma mais ou menos autônoma:

Josias soube tirar proveito da conjuntura favorável para dar ao reino de Judá um impulso novo, cujos aspectos salientes são de caráter religioso e ideológico, mas as bases materiais e políticas são também dignas de nota. (LIVERANI, 2008, p. 217).

É nesse contexto de relativa autonomia que Josias empreende as suas famosas “reformas” religiosas e políticas que objetivavam não apenas centralizar o culto em Jerusalém e no seu templo, mas também fortalecer o poder nas mãos dos daviditas (casa de Davi). A narrativa bíblica das reformas de Josias começa descrevendo como o rei teria encontrado no Templo de Jerusalém o “Livro da Lei”, identificado desde a antiguidade com o Deuteronômio (RÖMER, 2016), depois de ter ordenado que o santuário jersalemitano fosse reformado (cf. 2 REIS 22, 3-10). Mas, tal narrativa não deve ser encarada como histórica, porque “o tema da descoberta de um livro é muito comum na literatura antiga e serve, geralmente, para legitimar mudanças de ordem religiosa, econômica e política” (RÖMER, 2016, p. 188).

Desse modo, o objetivo principal de alocar a narrativa do achamento do Livro da Lei no início da descrição do reinado e das reformas de Josias era demonstrar sua devoção para com *Iahweh*, uma vez que a reforma de templos era um demonstrativo de piedade por parte do governante no Oriente Próximo Antigo, bem como objetivava legitimar as mudanças que estavam por vir a partir da leitura e aplicação do conteúdo encontrado: “De maneira geral, os trabalhos nos santuários fazem parte de um ritual através do qual o rei mostra sua fidelidade

que ele conseguiu integrar economicamente as quatro regiões de Judá e lucrar com seus produtos 1- O planalto judaíta conhecido pela produção de vinho; 2- Na planície de Judá (Safelá) predominavam as plantações de oliveiras e a produção de azeite; 3- No deserto de Judá houve a fabricação produtos de origem animal e também produtos advindos de oásis desérticos, como palmeiras e bálsamo; 4- O Vale de Bersabéia estava integrado na prática assíria de transporte de mercadorias árabes para o litoral (FINKELSTEIN, 2021; FINKELSTEIN, GADOT e LANGGUTH, 2021): “À medida que Manassés reorganizava seu reino, os principais elementos de um plano real bem planejado administração materializou-se na paisagem e na vida dos funcionários, trabalhadores e colonos que foram organizados para executar seus comandos” (FINKELSTEIN; SILBERMAN, 2006, p.158-59). Josias herdou de Manassés um reino organizado e próspero.

aos deuses. A narrativa de 2Rs 22, ao integrar temas do Oriente Próximo (o rei como renovador do templo, a descoberta de documentos antigos), visa mostrar Josias como um rei exemplar (RÖMER, 2016).

Ao tratarmos a História Política de Judá durante o reinado de Josias, sobretudo se nos debruçarmos sobre as reformas josiânicas, devemos salientar o aspecto político de tais atos, sobretudo pelo fato de não podermos separar, quando versamos sobre temas relacionados ao Oriente Próximo Antigo, política e religião (CARDOSO, 1990). Nesse sentido, as reformas religiosas empreendidas por Josias, atestadas em 2Rs 22-23, tem uma forte conotação política e isso pode ser percebido a partir dos pontos que serão levantados a seguir. Desde o governo do rei judaíta Acáz (732 a.C. a 716 a.C.), Judá estava sob a vassalagem assíria e para salientar sua submissão a Assur (deus nacional do governo suserano), Acáz reforçou em Judá o culto astral assírio (FOHRER, 1982).

Já nos dias de Acáz, Judá experimentou uma forte interferência cultural assíria. Isso foi reforçado, sobretudo, no reinado de Manassés, que se colocou como fiel vassalo assírio (LOWERY, 2004), motivo pelo qual ele é condenado pela Bíblia Hebraica por ser um rei antijavista (cf. 2REIS 21,2). Manassés empregou símbolos religiosos assírios dentro do Templo de Jerusalém, que era um santuário dos reis daviditas (RÖMER, 2016), para destacar sua reverência para com a Assíria: “[Manassés] construiu altares no Templo de *Iahweh* [...] edificou altares para todo exército do céu nos dois pátios do Templo de *Iahweh*” (2 REIS 21,4-5).

Com o fim do domínio assírio, Josias queria excluir a influência do culto e do poder assírio em Judá. Por isso, ele retirou do Templo de Jerusalém os símbolos que remetiam esse domínio, tais como os objetos de culto do “exército do céu” (2REIS 23,4.5)⁷ e os “cavalos dedicados ao sol” (2REIS 23, 11)⁸ que estavam presentes no Templo de Jerusalém: “A reforma do culto, portanto, também é expressão da política de emancipação que Josias promovia frente à Assíria” (DONNER, 2017, p. 408). Josias, ao fortalecer o culto javista, objetivava não apenas

⁷ O termo “exército do céu” empregado no texto faz referência direta às “divindades celestes e astrais assírio-babilônicas” (DONNER, 2017, p. 395) “divindades celestes e astrais assírio-babilônicas” (DONNER, 2017, p. 395). O texto bíblico também diz que Josias expurgou do Templo de Jerusalém o culto a Baal e Aserá (cf. 2REIS 23,5). Sabemos que tais nomes fazem referência a divindades levantinas muito conhecidas pelos textos bíblicos. Porém, a forma como tais divindades são apresentadas na narrativa das reformas de Josias é curiosa, uma vez que Baal e Aserá são apresentados e logo depois vem a descrição sobre o exército celeste: “O rei ordenou a Helcias, ao sacerdote que ocupava o segundo lugar e aos guardas das portas que retirassem do santuário de *Iahweh* todos os objetos de culto que tinham sido feitos para Baal, para Aserá e para todo o exército do céu.” (2REIS 23,4). Alguns pesquisadores argumentam que, na verdade, nesse texto, Baal e Aserá são, na verdade, a “cananeização” das divindades assírias Ashur e Istar (DONNER, 2017, p. 394)

⁸ Os cavalos do Sol eram uma referência direta ao deus solar assírio Shamash (RÖMER, 2016, p. 192).

potencializar sua autonomia para com a Assíria, mas também reforçar o poder da sua própria dinastia, porque *Iahweh* era o deus dinástico dos daviditas e, com o culto monolátrico a *Iahweh* se estabelecendo, a figura régia se cristalizava. Houve, então, uma extrema valorização da divindade legitimadora dos daviditas: “Todas as reformas, que visam elevar uma divindade à classe de deus principal, partem do rei.” (RÖMER, 2016, p. 196)⁹.

Outro ponto que merece destaque é a elevação de Jerusalém, capital de Judá, como único centro religioso reconhecido em Judá em oposição aos diversos santuários existentes ao longo do território judaíta, os chamados “lugares altos” (*bamot* em hebraico):

Os lugares altos, [eram] elevações naturais ou construídas, com estruturas mais ou menos complexas, dentro ou fora das cidades, e geralmente são repudiados como lugar de culto ilegítimo e imoral, seja em referência ao culto a Javé, seja em referência ao ‘culto aos outros deuses. (TOSELI, 2016, p. 59).

Existiam diversos santuários ao ar livre dedicados a *Iahweh* e/ou a outros deuses¹⁰. Josias, ao inviabilizar o culto praticado em tais santuários, fazendo que os mesmos fossem considerados heterodoxos, buscava valorizar o Templo de Jerusalém, que era o santuário reinol, como único lugar legítimo de adoração, o que faz da centralização do culto em Jerusalém uma prática profundamente pró-davídica (LOWERY, 2004), pois configurou não só a imagem de Jerusalém como “cidade sagrada” mas também fortaleceu o poder dos daviditas que, a nível simbólico e religioso, se fortaleciam ainda mais: “[Com Josias] a identificação do Estado com o deus nacional atinge seu apogeu: um deus único (Javé) e um templo único (o de Jerusalém)” (LIVERANI, 2020, p. 555).

⁹ Um outro ponto que merece destaque, mas que não será aprofundado devido a limitação do presente trabalho, é a forma como a historiografia deuteronomista, que foi um conjunto literário que teve início no reinado de Josias e buscava embasar suas ações políticas e religiosas, valeu-se dos tratados de vassalagem assírios. Tais tratados eram conhecidos em Judá e pregavam a mais profunda fidelidade entre o vassalo assírio e o seu soberano. Com o enfraquecimento assírio, os deuteronomistas transferiram a fidelidade outrora exigida para com os assírios para *Iahweh*: “[Judá tem] um suserano ao qual deve obediência absoluta, entretanto, esse suserano não é mais o rei da Assíria, mas *Yhwh*.” (RÖMER, 2016, p. 199). Se a submissão para com *Iahweh* era ressaltada, isso deveria ser estendido ao rei, visto pela teologia judaíta como seu representante.

¹⁰ “Outro aspecto a ser ressaltado no ponto interno da reforma, além da eliminação dos cultos não javistas e considerados como estrangeiros, é a questão da exaltação do Templo de Jerusalém e do *Iahweh* de Jerusalém. No que tange ao culto em Judá, devemos salientar que havia em Judá locais de culto ao ar livre chamados de lugares altos (TOSELI, 2016, p. 59). Tais locais de adoração não eram dedicados apenas a divindades não javistas, mas também a *Iahweh*. Josias, ao exaltar o Templo de Jerusalém como único lugar de culto considerado ortodoxo, desativou os demais locais de adoração. Com isso, Josias buscava combater aquilo que Rainer Albertz (1999, p. 387) chama de “polijavismo”, ou seja, cada um dos lugares altos tinham um *Iahweh* particular e específico. Josias, ao elevar Jerusalém e seu Templo como único santuário, conseqüentemente, estava exaltando o “*Iahweh* de Jerusalém”, divindade tutelar da Dinastia Davídica (RÖMER, 2016) em oposição aos outros. Concluimos, assim, que a reforma de Josias não só se levantou contra o culto aos deuses não javistas, estrangeiros ou levantinos, mas também contra os cultos a *Iahweh* que não fossem o de Jerusalém.” (CARMO; COELHO, 2022, p. 25).

A elevação de Jerusalém como único santuário reconhecido e a eliminação dos utensílios tidos como heterodoxos do Templo de Jerusalém foram ações religiosas, mas também políticas que objetivavam reforçar o poder nas mãos dos daviditas em um momento em que Judá gozava de relativa liberdade de ação. O fortalecimento político de Judá durante o período josiânico fez que Josias ambicionasse conquistar os territórios que outrora pertenciam a Israel, exilado em 722 a.C., pelos assírios (cf. 2REIS 23, 15-20). Malgrado a isso, a arqueologia demonstra que o avanço de Josias para Israel foi limitado à região de Betel (LIVERANI, 2008) ou, no máximo, até as colinas de Samaria (NA'AMAN, 1991). Porém, isso demonstra como as ações de Josias tinham um fundamento religioso, político e expansionista (KAEFER; DIETRICH, 2022).

VASSALAGEM JUDAÍTA PARA COM OS EGÍPCIOS

Como demonstramos acima, o reino de Judá no século VII a.C., vivenciou um momento de certa autonomia política que proporcionou uma série de mudanças internas no reino judaíta. Não obstante, não podemos esquecer que o Império Egípcio, sobretudo com Psamético I e Neco II, se tornou, até a batalha de Carchemish em 605 a.C., a principal potência dominante no Levante. Depois da derrocada assíria, a Babilônia e o Egito “dividiram” a maior parte dos territórios que outrora haviam pertencido aos assírios:

Aos babilônicos coube a planície mesopotâmica e aos egípcios os planaltos iranianos e anatólicos. O terceiro contendente é o Egito, que desde 616 controlava a faixa siro-palestina e fazia fronteira com os babilônicos no Eufrates. (LIVERANI, 2020, p.718).

Então, mesmo que de forma nominal, Judá estava sob a dominação egípcia durante boa parte do reinado de Josias.

Apesar do Egito ter assumido o lugar da Assíria como suserano do Levante e, conseqüentemente, de Judá, os egípcios estavam mais interessados nas terras férteis levantinas que estavam alocadas na planície, ao passo que as regiões e reinos do planalto não atraíam o imediato interesse egípcio: “[A atenção egípcia] foi colocada no controle dos distritos do vale e da costa, enquanto as áreas montanhosas foram consideradas de importância secundária” (NA'AMAN, 1991, p. 40). Por conta do aparente desinteresse egípcio para com Judá, Josias pôde empreender suas reformas, pois ele não desperdiçou a sua momentânea liberdade (NA'AMAN, 1991). Na primeira metade do reinado de Josias, Judá era vassalo da já decadente Assíria, e, na segunda metade, Judá era vassalo do “desinteressado” Egito, governado por

Psamético I (NA'AMAN, 1991). Como bem mencionamos anteriormente, temos que, historicamente, o Egito tinha o costume de exercer uma dominação indireta sobre a Palestina, dando aos seus reis uma relativa autonomia, sobretudo os reinos que estavam no planalto:

O Egito estava amarrado com obrigações naquela época, tanto porque tinha que assegurar o controle do transporte terrestre e marítimo rotas que lhe caíram nas mãos, e pelo seu empenho em ajudar Assíria em troca dos territórios que obteve a oeste do Eufrates. Também não devemos esquecer o padrão de domínio egípcio que data do período do Novo Reino, quando a ênfase principal foi colocada no controle dos distritos do vale e do litoral, enquanto as áreas montanhosas eram consideradas de importância secundária. (NA'AMAN, 1991, p. 42, Tradução nossa)¹¹.

A vassalagem josiânica para com o Egito não é relatada diretamente pelas páginas da Bíblia Hebraica. Um possível motivo para tal ausência pode estar no fato do escritor deuteronomista não desejar reconhecer que Josias, que é louvado pelo texto bíblico como um “um novo Davi” (RÖMER, 2008, p. 73), esteve submisso a um soberano estrangeiro. Por isso, podemos detectar tal ausência. Conquanto, de maneira indireta, podemos perceber a forma como, sobretudo a partir do reinado de Neco II, o Egito passou a ser um agente ativo na política interna de Judá.

Um dos pontos em que melhor conseguimos visualizar a influência egípcia em Judá no século VII a.C., é na narrativa bíblica sobre a morte de Josias (cf. 2Reis 23, 29-30). O faraó egípcio Neco II teria partido do Egito para ajudar o rei assírio Assur-Ubalit II a retomar a região de Harran, localizada na Mesopotâmia (NAKANOSE, 2002). No curso de tal jornada, Neco II teria encontrado Josias e o assassinado. Mas, não há consenso entre os historiadores sobre o motivo que teria levado Neco II a investir contra Josias. Para alguns pesquisadores (LIVERANI, 2008; NAKANOSE, 2002) o fato de Neco II ter marchado sobre a Palestina simbolizou para Josias uma ameaça a sua atividade reformista. Por isso, o rei judaíta teria guerreado contra o faraó e assim encontrado seu fim. Tal linha de interpretação está de acordo com a descrição sobre a morte de Josias presente em 2Cronicas 35,20-24, que diverge de Reis.

Outra linha interpretativa, assumida sobretudo pelo arqueólogo israelense Nadav Naaman (1991), ao nosso ver, parece a mais condizente com as fontes históricas judaítas e egípcias. Nadav Naaman (1991) demonstra que Neco II marchou sobre a Palestina cerca de um ano depois da morte de Psamético I. Neco II não queria apenas usar a Palestina de passagem,

¹¹ “Egypt was tied up with obligations at that time, both because it had to ensure its control of the land and maritime transportation routes which had fallen into its hands, and because of its commitment to assist Assyria in return for the territories which it had obtained west of the Euphrates. Nor should we forget the pattern of Egyptian rule dating from the period of the New Kingdom, when the main emphasis was placed on control of the valley districts and the coast, whereas the mountain areas were considered of secondary importance.”

mas também queria renovar o pacto de vassalagem entre ele e os pequenos reinos levantinos, postura usual entre os soberanos egípcios depois da morte de seu antecessor.

Por que o Faraó e seu exército passaram pela Palestina a caminho do norte da Síria? Por que Neco II não adotou as táticas dos reis egípcios na época do Novo Reino, que muitas vezes navegou até a costa libanesa e de lá lançou campanhas, via Nahrel-Kebir (Eleutheros), ao Orontes? (NA'AMAN, 1991, p. 51).

Levando isso em conta, podemos supor que era desejo de Neco II passar pela Palestina naquele momento e renovar a vassalagem dos seus subordinados: “[Neco II desejava] administrar um juramento de fidelidade a seus vassalos, cujo juramento anterior tinha se tornado inválido com a morte de seu pai” (NA'AMAN, 1991, p. 52).

Josias, vassalo egípcio, teria se encontrado em Megido com Neco II com o objetivo de renovar seu pacto de vassalagem. Mas, Neco II, provavelmente graças a fama que Josias carregava de ser um rei centralizador e autônomo, resolveu dar fim a vida de Josias em 609 a.C., num momento em que o Egito ambicionava estabelecer sua supremacia política no Levante:

O que teria feito Josias para enfurecer o monarca egípcio? O movimento de Josias para o norte, dentro das áreas montanhosas da Samaria, pode ter ameaçado os interesses do Egito no vale de Jezrael, ou talvez sua tentativa de expandir para oeste, para além de seus territórios no Shephelah, possa ter colocado em risco os interesses egípcios na Filisteia. Não menos plausível é a sugestão de Baruch Halpem, de que Neco teria se sentido ameaçado pelas decisões políticas independentes de Josias, no Sul, ao longo das sensíveis rotas do comércio arábico (FINKELSTEIN; SILBERMAN, 2003, p. 261).

Sobre os motivos que teriam levado Neco II a assassinar Josias, o historiador pode apenas conjecturar, nesse caso, uma vez que não dispomos de fontes que apontem de forma mais direta sobre quais teriam sido as motivações do soberano egípcio. Mas, o que fica evidente nas páginas da Bíblia Hebraica é que o faraó Neco II, depois de levar a cabo o reinado de Josias, passou a intervir ativamente nos assuntos internos de Judá.

Com a morte de Josias, os *'am ha'ares* (povo da terra), grandes proprietários de terras de Judá, que participavam ativamente da política judaíta sobretudo em momentos de crise, colocaram Joacaz como sucessor de Josias (cf. 2REIS, 23,30). Possivelmente, isso foi feito sem uma consulta prévia aos egípcios e, além do mais, demonstrava uma atitude autônoma de Judá, que naquela altura, desagradava os egípcios. Ademais, supõe-se que Joacaz era antiegiptio (FINKELSTEIN; SILBERMAN, 2003). Diante disso, Neco II, que havia voltado de sua expedição no norte da Síria, aprisionou Joacaz em Rebla e, por fim, o novo rei de Judá foi

deposto e levado exilado para o Egito. “Parece que Neco II não tolerou a autonomia do povo da terra [...] que levou Joacaz ao trono de Davi” (NAKANOSE, 2022, p. 161).

No lugar de Joacaz, Neco II colocou no trono Eliacim, que teve o nome mudado pelos egípcios para Joaquim. O objetivo central da mudança de nome era salientar a submissão do rei judaíta para com o faraó. Os egípcios impuseram a Judá um pesado tributo de ouro e prata que, para ser pago, toda a população de Judá foi mobilizada (cf. 2REIS 23,35). Vemos aqui a forte interferência egípcia na política intestina judaíta. Ademais, com a referência a uma imposição tributária por parte do Egito a Judá, vemos a Bíblia Hebraica confessar a subserviência de Judá para com o Egito saíta.

O ÊXODO JUDAÍTA

Outro ponto que merece destaque ao versarmos sobre a relação entre o reino de Judá e o Império Egípcio no século VII a.C., é o Êxodo. Na tradição bíblica como um todo, o Êxodo ocupa um lugar central, uma vez que Israel e Judá teriam se formado como povo a partir da sua íntima relação com *Iahweh*: “O Êxodo é um paradigma. Faz as vezes de um exemplo. Assemelha-se a uma lâmpada. Ilumina toda a história bíblica. Aparece como sua veia principal. [...] Constituiu-se, pois, experiência básica no núcleo do povo de Deus” (SCHWANTES, 1988, p. 9). Porém, a historiografia tem, nos últimos anos, cada vez mais classificado o Êxodo como um evento que não pode ser historicamente verificado, sobretudo pela falta de fontes extrabíblicas e pela inconsistência histórica das narrativas sobre o referido evento (CARMO, 2021).

Com isso, o Êxodo passou a ser visto pela historiografia como uma tradição originariamente associada ao reino de Israel, uma vez que ela se relaciona com a histórica dominação egípcia do Levante, sobretudo entre os séculos XVI a.C. a X a.C., e a luta de resistência contra tal dominação, sobretudo das entidades políticas que se desenvolveram no Planalto de Canaã, dentre elas a Casa, ou reino, de Saul, considerado como antecessor do reino de Israel. No século X a.C., o faraó Sheshonq I (Bíblico Sisac) empreendeu uma campanha objetivando derrotar o reino de Saul que estava se expandindo do planalto para a planície de Canaã (FINKELSTEIN, 2015)¹². Depois de derrotar o reino de Saul os egípcios se retiraram de

¹² De acordo com a narrativa bíblica (1 REIS 14,25), o faraó egípcio Sheshong I teria marchado contra Jerusalém durante o governo de Roboão, rei de Judá, que reinou no século IX a.C. Porém a historiografia identificou que a campanha do referido faraó está alocada no século X a.C. (FINKELSTEIN, 2015). O motivo para que a Bíblia

Canaã, por razões desconhecidas, e tal retirada deu lugar para o advento do reino de Israel, fazendo que a memória de luta e resistência contra o Egito fosse a base para a formação da Tradição do Êxodo¹³ que, originalmente, era israelita e não judaíta (CARMO, 2021).

Mas, em 722 a.C., quando ocorre o ocaso de Israel frente aos assírios, alguns refugiados israelitas vão para Judá objetivando fugir das destruições (FINKENLSTEIN, 2015). Com isso, muitas tradições israelitas são levadas para Judá, dentre elas a tradição do Êxodo (KAEFER, 2016). Com a intensificação da interferência egípcia em Judá por Neco II, certamente houveram grupos que lograram resistir a tais investidas, pois desejavam que o processo reformista josiânico fosse completado. Por isso, a tradição do Êxodo pode, nesse contexto, ter ganhado força como uma forma de resistência, nem que seja indireta, a interferência egípcia a partir da fé de que *Iahweh*, tal como teria feito com os antepassados, livraria Judá, tido como o “novo Israel” das mãos egípcias: “É nesse momento que o Êxodo, como saída do Egito, é colocado como um acontecimento fundante para o povo de Israel e Judá.” (KAEFER; DIETRICH, 2022, p. 151). O Êxodo ganharia, a partir dessa linha interpretativa, uma função pan-israelita, ou seja, passou a ser um mito de fundante tanto para israelitas quanto para judaítas¹⁴.

Hebraica tenha apresentado tal falha cronológica é que os judaítas queriam dar a sua versão própria para a campanha de Sheshong I, uma vez que esta era uma memória israelita. Sendo Roboão considerado um rei mal, a o ataque egípcio foi indexado, pelas páginas bíblicas, em seu reinado objetivando salientar uma espécie de punição de *Iahweh* perante a sua má conduta (FINKELSTEIN, 2015). Porém, historicamente falando, o objetivo de Sheshong I foi lutar contra a unidade política territorial chamada de “Casa de Saul” e isso fica evidente quando percebemos que “as listas de cidades conquistadas por Sheshong I [presentes na lista de Karnak] relacionam-se com as regiões pertencentes à Casa de Saul, a saber: 1Sm9, 4 (Salisa e Salim); 1Sm11, 1 (Jabes-Galaad) e 2Sm12, 2 (Mananim) (cf. FINKELSTEIN, 2015a, p. 68).” (CARMO, 2021, p. 378). Um ponto importante a ser destacado é que Jerusalém não é citada na lista de cidades e regiões conquistadas por Sheshong I (TOSELI, 2016), o que faz que a constatação de que Sheshong I tenha objetivado marchar contra Judá seja, historicamente falando, de difícil sustentação. Outra colocação posta pela historiografia é que a habitual menção aos combates entre filisteus e israelitas presentes nas narrativas sobre o Reino de Saul no Livro de Samuel são, na verdade, referências às querelas entre israelitas e egípcios (TOSELI, 2016). A transferência da memória dos egípcios para os filisteus se deu, provavelmente, porque quando os textos foram postos por escrito, a recordação do embate entre israelitas e egípcios estava fraca e, naquele momento, o principal adversário dos israelitas eram os filisteus (KAEFER, 2015). Nesse sentido, teria havido um processo de retroprojeção da realidade momentânea em que o texto foi escrito para o passado. Uma outra hipótese levantada é que durante os dias da Casa de Saul, os filisteus estavam servindo os egípcios na luta contra os saluidas (FANTALKING; FINKELSTEIN, 2006).

¹³ Como a memória da resistência à presença egípcia, em Canaã, passou a ser uma tradição de libertação na terra do opressor? “Na minha opinião, o enigma é resolvido pela suposição de que a memória vívida da presença egípcia em Canaã foi absorvida pela tradição do Êxodo e, portanto, desapareceu da memória coletiva israelita. A memorização e o esquecimento complementam-se e alimentam-se mutuamente, de modo que o efeito de uma dita de muitas maneiras o outro. Sugiro, com a devida cautela, que a transferência da memória da servidão e libertação de Canaã para o Egito, e com ela o esquecimento da memória da longa ocupação egípcia de Canaã, é resultado da formação de uma nova identidade do jovem sociedade israelita quando se estabeleceu nas terras altas de Canaã. Assim, um segmento do passado dos novos colonizadores foi retirado de seu contexto local em Canaã e transferido para a terra do subjugador” (NA’AMAN, 2015, p. 529).

¹⁴ A memória comum de séculos de opressão egípcia em toda Canaã, no passado, aliada ao cenário das deportações assírias nos sécs. VIII e VII, e ainda a nova ameaça do Egito de Neco, certamente, constituíram fatores para a

A DECADÊNCIA DA INFLUÊNCIA EGÍPCIA NO LEVANTE

Ao analisarmos os acontecimentos históricos acima mencionados, como o conflito inicial entre Neco II e Josias em Megido, bem como a substituição de reis no mundo judaíta pelos egípcios (a exemplo de Joacaz e Joaquim), verificamos que esses fatos estão relacionados com uma importante característica dos detentores do poder político, mencionada por Norberto Bobbio, a qual se trata da “tendência [...] de não permitir no seu âmbito de domínio, a formação de grupos armados independentes, e de subjugar, ou desbaratar, aqueles que forem se formando” (BOBBIO, 2000, p. 166). Entendemos que os conflitos armados e a substituição de líderes eram vistos, pois, como meios através dos quais as potências do mundo antigo (no caso, a egípcia) buscavam não apenas demonstrar o seu poder, como também assegurar o controle sobre as novas regiões, por meio de líderes locais que se alinhavam aos interesses do conquistador.

Verificamos que a presença dos egípcios no Levante não visava interesses meramente econômicos, como o controle das rotas comerciais: ela simbolizava também o poder político dos faraós, e era fundamental para a defesa do Egito, uma vez que a submissão dos reinos levantinos ao Egito criava o que definimos como “Zona Tampão”, a qual buscava evitar um ataque direto ao Egito vindo da Mesopotâmia. Como bem mencionamos em nossa introdução, a ascensão dos saítas coincide com a decadência do Império Assírio e a expansão inicial dos caldeus.

Como destacamos anteriormente, com o intuito de manter o cenário político favorável para o Egito, faraós como Psamético I e Neco II, buscaram, inicialmente, uma aliança com o enfraquecido Império Assírio, na tentativa de impedir a expansão caldeia. Assim, como aponta o professor Trevor Bryce (2014), verifica-se que no ano de 610 a.C., Neco II enviou um apoio militar ao rei assírio, Assur-Uballit II, na região de Harran (localizada na Mesopotâmia), mas esta aliança foi derrotada pelas forças combinadas de caldeus e medos. Após a morte de Josias, em 609 a.C., o faraó, visando novamente auxiliar os assírios, empreendeu uma nova campanha contra a Babilônia, obtendo algumas vitórias iniciais contra as guarnições caldeias nas cidades de Kimuhu e Quarmatu (Síria). Contudo, o desfecho desse conflito foi marcado pela derrota dos egípcios na região de Carchemish, pelo exército babilônio, liderado pelo então príncipe

aceitação e ressignificação da tradição norte-israelita do Êxodo, agora concebida como memória de um só povo desde as origens (norte e sul) (TOSELI, 2016).

Nabucodonosor, em 605 a.C. Esta derrota egípcia foi imortalizada nos registros bíblicos (Jr.46) e na fonte mesopotâmica conhecida como Crônica Babilônica nº5:

O rei de Akkad (Nabopolassar) ficou em casa (enquanto) Nabucodonosor (II), o filho mais velho e príncipe da coroa reuniu (o exército de Akkad). Ele tomou a liderança de seu exército e marchou até Carchemish [...] ele atravessou o rio [para encontrar o exército egípcio] que estava acampado em Carchemish [...] eles lutaram juntos. O exército do Egito recuou diante dele [Nabucodonosor]. Ele os infligiu uma grande derrota e os aniquilou completamente”. (Crônica nº 5: *Crônica a respeito dos anos iniciais do reinado de Nabucodonosor II*, anverso, vv. 1-5).

Após a derrota em Carchemish, verificamos uma deterioração da política externa egípcia, uma vez que os reinos levantinos passaram a jurar lealdade à Babilônia. Nesse sentido, Trevor Bryce (2014) destaca que, durante o primeiro ano do reinado de Nabucodonosor (604-562), todos os reis de Hatti vieram à sua presença e receberam o vasto tributo.

Contudo, isso não impediu Neco II e seus sucessores de tentar restabelecer o poder egípcio no Levante. Mesmo após o confronto em Carchemish, e ameaçado com a expansão dos caldeus até a cidade filisteia de Ashkelon, o faraó enfrentaria Nabucodonosor na fronteira egípcia (BASSIR, 2018), em uma batalha que resultou em consideráveis baixas para ambos os exércitos. O rei caldeu retornou à Babilônia (Crônica 5, reverso, vv.5-6), e os egípcios conseguiram tomar a cidade de Gaza posteriormente.

O filho de Neco II, Psamético II (595 a.C.-589 a.C.), exerceu uma política menos agressiva no mundo siro-palestino, utilizando a antiga estratégia egípcia que consistia em fomentar revoltas locais. Assim, o sucessor de Neco persuadiu os reinos levantinos a adotarem uma política pró-egípcia. Segundo o egiptólogo Roger Forshaw (2019), alguns pesquisadores acreditam que o Egito passou a exercer maior influência na região da Palestina¹⁵ (destacando-se aqui o reino de Judá, na época governado pelo rei Zedequias, líder nomeado por Nabucodonosor), devido a fraca presença babilônica na região durante o período em questão.

Apriés (589 a.C.-570 a.C.), sucessor de Psamético II, empreendeu campanhas contra os fenícios, então aliados dos babilônios. Em um período de incertezas e frágeis alianças, Zedequias de Judá decidiu revoltar-se contra a Babilônia, alinhando-se aos interesses do faraó, o qual enviou uma expedição militar para apoiar Judá na ocasião do cerco caldeu em Jerusalém (2REIS. 24:20; 44: 30)¹⁶. Contudo, os esforços militares egípcios foram em vão, resultando na

¹⁵ A descoberta de escaravinhos com o nome de Psamético II em regiões como Tell el-Safi, Tell el-Far'ah e Tell Keisan, apoiam a hipótese apresentada (FORSHAW, 2019)

¹⁶ Haviam diversos e constantes debates internos entre a aristocracia judaíta sobre se seria mais vantajoso permanecer subserviente aos babilônicos ou se seria o melhor caminho se rebelar e contar com o apoio do Egito

destruição de Jerusalém em 586 a.C., e na vinda de cativos judaítas para a Babilônia (com exceção de alguns habitantes, menos afortunados, os quais, após a queda da capital de Judá, migram para o Egito, como é o caso do profeta Jeremias).

Além dos conflitos com a Babilônia, Apriés também enfrentava problemas internos. Segundo a obra de Heródoto “Histórias” (II:161-163; 169-172), em determinado momento de seu reinado, o faraó enviou uma expedição contra a colônia grega de Cirene, localizada na Líbia. Contudo, decidiu não enviar seus mercenários gregos para o conflito (temendo que eles o traíssem), preferindo colocá-los em posições defensivas do reino, buscando fazer frente a uma possível invasão babilônica. O exército, formado principalmente por tropas nativas, foi derrotado e os soldados remanescentes se revoltaram contra o faraó, acreditando que ele teria, intencionalmente, planejado a destruição das forças egípcias enviadas para a Líbia. Posteriormente, acabaram nomeando o general Amásis como faraó e depuseram Apriés.

Segundo a versão do egiptólogo Roger Forshaw (2019), o líder deposto buscou auxílio de Nabucodonosor II, o qual tentou invadir o Egito, tanto por terra quanto por mar. Amásis (conhecido como Amásis II), reunindo forças egípcias e aliados do mundo grego, conseguiu repelir a invasão babilônica no Egito¹⁷. O faraó deposto foi capturado e posteriormente morto.

Neste cenário, oportuno se faz destacar a visão do profeta judaíta Jeremias com relação à invasão babilônica no Egito, presente na Bíblia:

E a palavra do Eterno veio a Jeremias em Tahpanhês (Tafnes), dizendo: Toma em tua mão pedras grandes e esconde-as na argamassa do ladrilhado que está a entrada da casa do faraó, em Taphanhês, perante a vista dos judeus e lhes dirás: Assim disse o Eterno dos Exércitos, o Deus de Israel: Eis que já estou enviando, e farei com que Meu servo, Nabucodonosor, o rei da Babilônia, venha, e estabelecerá seu trono sobre essas pedras que escondi e sobre elas estenderá seu pavilhão real. Ele virá e ferirá a terra do Egito, de forma que morrerão aqueles que estão destinados a morrer; serão aprisionados aqueles que estão destinados ao cativeiro, e muitos serão mortos pela espada. Atearei fogo nas casas dos deuses do Egito e elas serão pilhadas e queimadas; ele se cobrirá com o saque que levará do Egito como o pastor se cobre com sua vestimenta, e sairá de lá em paz. Ele partirá os pilares do templo de Bet Shémesh [“casa do sol”, tradução nossa], que fica no Egito, e destruirá pelo fogo as casas dos seus deuses [...] O Egito parece uma novilha bem nutrida, mas do Norte está prestes a vir o abatedor. Também seus mercenários parecem bois cevados, mas voltaram as costas e fogem todos; não mantiveram suas posições pois perceberam a calamidade que os aguardava, o dia da prestação de contas [...] O Eterno dos Exércitos, o Deus de Israel, disse: Aplicarei Minha punição sobre Amon de Nô (Luxor), sobre o faraó, sobre

(NAKANOSE, 2022). Isso mostra que o Egito continuou presente no imaginário político dos pequenos reinos como uma alternativa válida aos babilônios.

¹⁷ No que concerne a invasão babilônica ao Egito, verificamos a existência de um documento babilônico o qual menciona a ocorrência de uma invasão na terra dos faraós, durante o 37º ano de reinado de Nabucodonosor (o qual coincide com o governo de Amásis. Disponível em: https://www.britishmuseum.org/collection/object/W_1878-1015-22 . Acesso em: 06 dez. 2022.

o Egito, sobre os seus deuses e seus reis; sobre o Faraó e todos que nele confiam[...]”. (JEREMIAS 43, 8-13; 46:20-21, 25).

Convém destacar que Tafnes era uma cidade localizada na fronteira oriental do Egito, na qual muitos judaítas passaram a viver após a queda de Jerusalém. Existe a possibilidade de que Nabucodonosor, ao auxiliar militarmente Apriés, tenha adentrado na fronteira egípcia, causando prejuízos para os egípcios, com mortes e destruição. Nesse cenário, o egiptólogo egípcio Hussein Bassir (2018), menciona os vestígios de destruição nos sítios arqueológicos egípcios de *Tell el-Maskhuta* e, provavelmente, em *Tel Qedwa*, outrora fortalezas egípcias. Contudo, entendemos que o rei caldeu não conseguiu conquistar a terra dos faraós.

Amásis e seu sucessor, Psamético III (526-525 a.C.), não lograram êxito em dominar o Levante. Nesse cenário, Hussein Bashir (2018) destaca que uma possível aliança entre Nabucodonosor e o faraó teria sido celebrada. Nela, assegurava-se o domínio da região Síro-Palestina ao rei da Babilônia, e o Egito, a Amásis. Apesar dos esforços de Nabucodonosor em conquistar a terra dos faraós, verificamos que essa tarefa caberia a Cambises II, filho do rei persa Ciro, o Grande (conhecido como o libertador dos judeus do exílio na Babilônia), no ano de 525 a.C., com a morte de Psamético III.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a ascensão da XXVI dinastia egípcia, verificamos a retomada das atividades militares do Egito no mundo Levantino, por meio de um breve sistema de vassalagem envolvendo os governos locais. Apesar dos esforços dos faraós, os egípcios não lograram êxito em fazer frente à expansão babilônica na região siro-Palestina (ainda que tenham evitado a invasão caldeia em solo egípcio).

No que concerne ao reino judaíta de Josias, verificamos a importância da ideologia no fortalecimento do poder judaíta, evidenciada nas reformas josiânicas, as quais buscavam favorecer o poder real e a dinastia davídica em Judá, bem como, inicialmente, afirmar o fim da submissão judaíta para com a Assíria. Mesmo em um período em que Judá era vassalo egípcio, o rei Josias buscou ampliar sua área de dominação, e tal ato foi favorecido pelo desinteresse dos egípcios em determinadas áreas da região. Contudo, as atividades de Josias provocaram o descontentamento egípcio, sobretudo após a ascensão de Neco II, que estava mais preocupado que seu pai em garantir a hegemonia egípcia no Levante, culminando na morte do rei judaíta pelos egípcios.

Mesmo depois da batalha de Carchemish em 605 a.C., a qual resultou na deterioração da política externa egípcia, a presença ideológica e militar egípcia permaneceu no Levante. Isso demonstra que o processo de interação entre Egito e Levante foi gradual e constante ao longo da História, e Judá, sendo um típico reino Levantino, também bebeu nesse processo. Nesse cenário, verificamos a existência de uma aliança envolvendo os judaítas e egípcios contra a Babilônia, a qual acabaria resultando na queda de Jerusalém.

A destruição de Jerusalém pelos caldeus em 586 a.C. não representou o fim do povo de Judá. Muitos dos sobreviventes acabaram migrando para outras regiões do mundo antigo, a exemplo do Egito (na região de Tafnes e Elefantina), enquanto outros foram cativos na Babilônia. Válido ressaltar que mesmo com o decreto do rei persa Ciro, o Grande (o qual permitia o retorno dos judeus para a Palestina), muitos dos judaítas permaneceram na Babilônia. Mesmo com o restabelecimento dos judaítas no Levante, verificamos o desenvolvimento de importantes comunidades judaicas, como as do Egito e da Babilônia, as quais se mostrariam de grande importância na história do judaísmo no decorrer da história.

REFERÊNCIAS

ALBERTZ, Rainer. **Historia de la religión de Israel en tiempos del Antiguo Testamento**. Madrid: Trotta, 1999.

BAINES, John; MÁLEK, Jaromír. **Deuses, Templos e Faraós. Atlas Cultural do Egito Antigo**. Barcelona: Folio, 2008.

BASSIR, Hussein. The Egyptian Expansion in the Near East in the Saite Period. **Journal of Historical Archaeology & Anthropological Sciences**. v. 3, n. 2, 2018, p. 180-184.

BÍBLIA. **Bíblia de Jerusalém**. Nova edição, revista e ampliada. São Paulo: Paulus, 2002.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASCHINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

BOBBIO, Norberto. **Teoria Geral da Política**. 14 ed. Rio de Janeiro: Editora Campus/Elsevier, 2000.

BRYCE, Trevor. **Ancient Syria: A Three Thousand Year History**. Oxford: Oxford University Press, 2014.

CARDOSO, Ciro Flamarion Santana. **Antiguidade oriental: política e religião**. São Paulo: Contexto, 1990.

CARMO, Matheus. A Tradição do Êxodo como memória da ocupação egípcia de Canã entre os séculos XVI a X a.C. **Temporalidades**, Belo Horizonte, v. 13, n. 1, 2021, p. 366-390

CARMO, Matheus; COELHO, Bruno. O Político na Reforma do Rei Josias (640-609 a.C.). in: CEDREZ, Thiago, et al. **Diálogos Científicos: Mosaico de Pesquisas acadêmicas**. Porto Alegre: Mundo Acadêmico, 2022, p. 19-31.

DONNER, Herbert. **História de Israel e dos povos vizinhos: dos primórdios até a formação do Estado**. São Leopoldo: Sinodal, 2017.

FANTALKIN, A.; I. FINKELSTEIN. The Sheshonq I campaign and. The 8th-century BCE Earthquake: more on the archaeology and history of the south in the Iron I-IIA. **Tel-Aviv** 33, p. 18-42, 2006.

FINKELSTEIN, Israel; GADOT, Yuval; LANGGUT, Dafna. The unique specialised economy of Judah under Assyrian rule and its impact on the material culture of the kingdom. **Palestine Exploration Quarterly**, v. 154, n. 4, 2021, p. 261-279.

FINKELSTEIN, Israel; SILBERMAN, Neil Asher. **A Bíblia não tinha razão**. São Paulo: A Girafa, 2003.

FINKELSTEIN, Israel; SILBERMAN, Neil Asher. **David and Solomon: in Search of the Bible's Sacred Kings and the Roots of the Western Tradition**. New York: Simon and Schuster, 2006.

FOHRER, Georg. **História da religião de Israel**. São Paulo: Edições Paulinas, 1982.

FORSYTH, Roger. **Egypt of Saite Pharaohs, 664-525 B.C.** Manchester: Manchester University, 2019.

GORODOVITS, David. FRIDLIN, Jairo. **Tanah completo: Hebraico e português**. São Paulo: Editora & Livraria Sêfer, 2018.

GRAYSON, Albert Kirk. **Texts from Cunneiform Sources**. Nova York: J.J. Augustin Publisher, 1975.

HERODOTUS. **The Histories** (Traduzido por Audrey de Sélécourt e revisado com a introdução e notas por John Marincola). 3ªed. Londres: Penguin Readers, 2003.

KAEFER, J. A. O Êxodo como tradição de Israel Norte, sob a condução de El e Javé na forma de touro jovem. **Horizonte - Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião**, v. 13, n. 38, 2015, p. 878-906.

KAEFER, José Ademar. **Arqueologia das terras da Bíblia**. Volume II. São Paulo: Paulus, 2016.

KAEFER, José Ademar; DIETRICH, Luiz José. A consolidação dos reinos de Israel Norte e Judá. In: NAKANOSE, Shigeyuk et al. **Uma História de Israel: Leitura Crítica da Bíblia e Arqueologia**, São Paulo, 2022, p. 115-153.

LEVY, Hector Eliahou Leon. Relações de Poder no Mundo Egípcio: Alianças e Conflitos durante a XXV Dinastia. **Mythos: Revista de História Antiga e Medieval: Do Bellus ao Bellum: (Inter)faces da Guerra na Antiguidade e no Medievo 120-137**, Neham, v.12, n. 04, 2021, p.120-137.

LEVY, Hector Eliahou Leon. Poder no Egito da XXVI Dinastia: A Ascensão Saíta e o Conflito Egípcio-Babilônico. In: CEDREZ, Thiago, et al. **História em Foco**. Porto Alegre: Mundo Acadêmico, 2021. p. 309-323.

LIVERANI, Mário. **Antigo Oriente: História, Sociedade e Economia**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2020.

LIVERANI, Mário. **Para além da Bíblia: história antiga de Israel**. São Paulo: Paulus, 2008.

LOWERY, Richard H. **Os reis reformadores: culto e sociedade no Judá do Primeiro Templo**. São Paulo: Paulinas, 2004.

NA'AMAN, Nadav. The kingdom of Judah under Josiah. **Tel Aviv**, v. 18, n. 1, 1991, p. 3-71.

NA'AMAN, N. Out of Egypt or Out of Canaan ? The Exodus Story Between Memory and Historical Reality. In:LEVY, T.E;SCHNEIDER, T;PROPP, W.H.C. (org.). **Israel's exodus in transdisciplinary perspective, quantitative methods in the humanities and social sciences**. Suíça: Springer International Publishing, 2015, p. 527-533.

NAKANOSE, Shigeyuk. O período explico e seu movimento sociorreligioso. In: NAKANOSE, Shigeyuk et al. **Uma História de Israel: Leitura Crítica da Bíblia e Arqueologia**. São Paulo: Paulus, 2022, p. 155-217.

ROAF, Michael. **Grandes Civilizações do Passado: Mesopotâmia**. Barcelona: Folio, 2004.

RÖMER, Thomas. **A chamada História Deuteronomista: introdução sociológica, histórica e literária**. Petrópolis: Vozes, 2008.

RÖMER, Thomas. **A origem de Javé: o Deus de Israel e seu nome**. São Paulo: Paulus, 2016.

SCHWANTES, Milton. O Êxodo como evento exemplar. **Estudos Bíblicos**, Petrópolis, v. 2, n. 16, p. 9-18, 1988.

TOSELI, Cecília. **O Êxodo como tradição fundante de Israel Norte a partir de 1 Reis 12,26-32**. 2016. Dissertação (Mestrado em Ciência da Religião) – Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2016.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade: Fundamentos da Sociologia Compreensiva**, Volume 1. 4ªed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2015.